8º Encontro Luso-Espanhol de Bibliotecários – DGLB

Maria Teresa Calçada

Bibliotecas Escolares, Bibliotecas Públicas: parceria ou partilha?

Pensar a relação entre bibliotecas escolares e bibliotecas públicas, remete-nos para um passado ainda recente quando, do lançamento da Rede de Bibliotecas Escolares, no relatório síntese que deu origem a este Programa, se afirmava que "para rentabilizar e coordenar os recursos tecnológicos a nível nacional e local e, tendo em conta, a experiência de outros países – e mesmo algumas já realizadas a nível nacional por bibliotecas públicas – recomenda-se a criação nas bibliotecas municipais de Serviços de Apoio às Bibliotecas Escolares".[1] A Rede foi logo, na sua fase inicial, desenhada numa arquitectura que previa a colaboração formal e/ou informal, com as Bibliotecas da Rede Nacional de Leitura Pública, tendo em vista uma política de convergência de recursos e de esforços materializáveis na construção de redes colaborativas entre parceiros (escolas, bibliotecas municipais, autarquias). Aspectos, que no decorrer destes anos, se mostraram gradualmente mais pertinentes.

Esta colaboração corporizada pelos SABE, com funções desde logo determinadas, reflecte a forma como uma preocupação, há muito emergente, foi assumindo contornos definidos, ainda que a construção dos percursos não se mostre, nem igual, nem fácil. À época, constituiu uma forma inovadora de responder, ao que nos parecia, uma necessária evidência.

Dez anos depois, a rápida evolução que as tecnologias da informação e da comunicação introduzem no nosso quotidiano e as transformações de natureza sociológica a que assistimos, têm reforçado e redimensionado o debate, a nível nacional e internacional, tanto na abordagem formal, como na metodologia dos aspectos relativos à colaboração entre as duas instituições, obrigando-nos a repensar as nossas práticas de trabalho.

Originalmente, esta relação, dada a especialização e qualificação técnica exigida para o desenvolvimento do trabalho nas bibliotecas escolares, de estas nem sempre disporem dos meios necessários e a própria alteração

[1] Veiga, Isabel et al. (coord.) (1996). Lançar a rede de bibliotecas escolares. Ministério da Educação

dos paradigmas de ensino, apontava, no já citado relatório, para que "as bibliotecas de diferentes estabelecimentos de ensino se articulem em rede, potenciando os seus recursos próprios e complementando as suas actividades. Para além disso, é desejável que a ligação em rede não fique confinada às escolas e acompanhe a evolução das políticas educativas que procurem fazer do estabelecimento de ensino um equipamento integrado com outros equipamentos sociais da localidade"[2]. Como podemos constatar, a certeza duma sociedade em mudança, exigindo outras práticas de trabalho estava já presente.

Enquanto sistemas organizacionais as bibliotecas estão em permanente evolução, aspecto que se manifesta quer na sua concepção estrutural, quer no tipo de fundos, de serviços e de estratégias de cooperação que oferecem. Bibliotecas escolares e bibliotecas públicas têm, no contexto da sociedade contemporânea, responsabilidades educativas, formativas e culturais acrescidas, obrigando a adequar as suas respostas às dinâmicas sociais presentes em cada momento.

Por outro lado, as tecnologias da informação e do conhecimento têm determinado alterações significativas nas formas tradicionais de acesso e de construção do conhecimento. Neste novo modelo social e económico, a escolarização e o domínio de competências mais diversificadas surgem como incontornáveis para o desenvolvimento individual e social. Neste modelo, as Bibliotecas Escolares e as biblioteca públicas têm que ser obrigatoriamente mais proactivas, na intervenção que promovem junto dos seus públicos, levando-nos a uma outra reflexão sobre o seu papel, relação e interacção, agora e cada vez mais, numa perspectiva de utilização partilhada de recursos, equipamentos e espaços, já que o presente e o futuro, implicam necessariamente um reajustamento adequado entre aquilo que podemos e devemos disponibilizar e as necessidades individuais e sociais.

O desenvolvimento do Programa Rede de Bibliotecas Escolares e a progressiva cobertura do terreno foi revelando uma diversidade de situações, não só as decorrentes das assimetrias regionais, mas as subjacentes às dinâmicas locais, assentes, sobretudo, nas relações interpessoais e

[2] ibid

pessoais/institucionais, pondo em evidência experiências no terreno de trabalho conjunto entre bibliotecas públicas e bibliotecas escolares, num número significativo de actividades, que vão desde de projectos de promoção da leitura, à elaboração de catálogos, formação formal e informal do pessoal docente e não docente, dando corpo a formas de colaboração, mais próximas de uma acção integradora de recursos e da constituição de redes de trabalho, permitindo não só a partilha de recursos humanos e técnicos, mas, também, uma resposta efectiva às necessidades educativas e sociais de determinada comunidade, ultrapassando o mero somatório de actividades desenvolvidas, em ocasiões previamente definidas.

O desenvolvimento em rede, tem vindo progressivamente a ganhar forma, numa relação crescente, ainda que se vá processando de formas desiguais, entre as Bibliotecas Escolares e as Bibliotecas Públicas, com o inerente envolvimento das Câmaras Municipais. Também um conjunto de professores especializados, estrutura recente e resultante da própria expansão do Programa, para acompanhamento e apoio das bibliotecas no terreno, têm tido um papel crucial no desenvolvimento e consolidação de redes de trabalho a nível local e institucional.

Nada se constrói sem conhecer algumas dificuldades. Esta filosofia de rede tem conhecido obstáculos, nomeadamente a falta de cultura de trabalho colaborativo, quer entre as escolas e as bibliotecas municipais, quer das escolas entre si. No entanto, as vontades pessoais e institucionais têm permitido que tal se vá diluindo e, na maior parte dos casos, se transforme em relações frutuosas. Por outro lado, o facto das escolas do 1º ciclos serem tuteladas pelas autarquias, tem possibilitado um trabalho especial com as Câmaras Municipais, particularmente com os departamentos de educação do poder local e da Biblioteca municipal, que, como sabemos, é desde logo envolvida na fase de concepção da biblioteca escolar, sobretudo no caso do 1º ciclo, participando na aquisição de mobiliário, dos fundos documentais, seleccionando e tratando os documentos.

Também, a reorganização da rede escolar tem vindo a favorecer a aproximação entre as escolas através da criação dos agrupamentos de escolas. Esta nova concepção, ao aproximar os diferentes ciclos, conduz,

necessariamente à cooperação, favorecendo e reforçando um trabalho entre as escolas e destas com as bibliotecas municipais.

Neste sentido, se desde o início o conceito de cooperação entre poder local, bibliotecas públicas e bibliotecas escolares constituiu um dos princípios conceptuais estruturantes da acção deste Programa, a reflexão teórica, a observação das sinergias no terreno, de experiências nacionais e internacionais e, sobretudo a necessidade de melhor responder aos fracos níveis de literacia dos nossos alunos, tem merecido, por parte do poder político, a tomada de medidas no sentido de promover os hábitos e as competências leitoras dos estudantes e dos portugueses em geral. O Programa Rede de Bibliotecas Escolares e, mais recentemente, o Plano Nacional de Leitura e o Programa Novas Oportunidades são exemplos de medidas da política educativa nacional, que visam inverter aqueles resultados. Por outro lado, as necessidades dos utilizadores e as exigências, cada vez mais complexas, do mundo moderno, na formação, na flexibilidade, na qualificação profissional - hoje, condição necessária ao desenvolvimento individual, social e económico dos países - e para o próprio exercício do pensamento critico, levam-nos a equacionar outras formas de cooperação/colaboração, que traduzam, em cada momento, em cada local e para cada indivíduo, a resposta que melhor integre os meios disponíveis.

Possuindo uma experiência colaborativa presente nas nossas práticas de trabalho, a observação directa de algumas experiências no terreno evidenciaram alguns aspectos que mereceram a nossa reflexão e que nos confrontaram com a questão: em determinadas condições, justificar-se-ia uma biblioteca escolar servindo apenas a comunidade escolar? Evidentemente que sempre constituiu uma directriz deste Programa, a escola poder abrir a biblioteca escolar à comunidade, mas tal nunca foi equacionado como uma possível solução em determinados contextos e, como tal, definidos os seus pressupostos. Um uso partilhado, visando utilizadores com diferentes necessidades e perfis, afigura-se-nos como uma modalidade a desenvolver, experiência, aliás, já feita, com sucesso, um pouco por todo o mundo. Tal permite outras soluções para servir tanto os alunos, como a comunidade em geral, exactamente no contexto social, já atrás referido, em que a aquisição de competências e a formação ao longo da vida se tornaram incontornáveis.

Assim, as questões por detrás das “Joint Use Libraries” ou “Dual Use”, encontraram forma no terreno, antes da sua própria conceptualização teórica.
Em zonas rurais, sem outros equipamentos culturais para além da escola, a biblioteca escolar transformou-se na biblioteca da comunidade. Algumas bibliotecas públicas instalaram pólos nas bibliotecas escolares. As administrações locais, através das bibliotecas municipais e das escolas encontraram formas de criar condições adequadas ao seu funcionamento com uma colecção mais abrangente, tratamento técnico da documentação e elaboração de catálogos, normalmente da responsabilidade da biblioteca pública, recursos humanos que assegurassem a abertura em horários mais alargados, oferta de serviços mais diversificados e uma gestão co-partilhada.

Se, num primeiro momento, este Programa cresceu numa perspectiva de colaboração, não temos dúvidas que este mesmo conceito se alterou ao longo destes anos e deve, hoje, ser perspectivado prevendo e integrando outras formas de colaboração, que não se limitem à parceria, mas que em muitos casos, já traduzam a partilha efectiva de espaços, fundos e serviços.

Estamos seguros que a especificidade das bibliotecas escolares e públicas não se anula, nem tal seria desejável, pois servem públicos com características, perfis e necessidades diferentes, que nalguns planos se cruzam, bastando, para isso, pensarmos que grande número dos utilizadores das bibliotecas públicas são estudantes.

No entanto, parece-nos absolutamente desejável, que a biblioteca contribua – visto que essa é a sua missão essencial – para a formação dos hábitos de leitura e para as necessidades individuais e de formação da comunidade que serve, numa “paisagem”, social e tecnológica que se alterou profundamente nos últimos anos. Importa, deste modo, reflectirmos sobre esta forma de utilização partilhada, pensarmos os seus benefícios, os contextos para o seu desenvolvimento e o quadro conceptual e de referências que a deve suportar.

Nuns país com fortes assimetrias e recursos todas as medidas que concretizem o combate à infoexclusão, esta nova forma de exclusão social, deve merecer não só a nossa atenção, como redimensionar a nossa acção, antecipando respostas e percursos.

O “Dual Use” ou “Joint Use Library” implica “A library in which two or more distinct library services providers usually a school and a public library, serve their client users groups in the same building based on an agreement that specifies the relationship between the providers”[3]. Num país com fracos recursos e baixos níveis de literacia e de qualificação da população, fará todo o sentido, adoptar políticas de actuação que promovam uma rentabilização de recursos materiais, humanos e financeiros, ao mesmo tempo que se responde, não apenas a uma parte dos utilizadores, mas a toda a comunidade.

A questão fulcral, na nossa opinião, centra-se, sobretudo, numa mudança de atitude que nos torne capazes de adoptar, num mesmo local, políticas de organização, gestão e disponibilização de serviços que permitam servir, por um lado, o público escolar, apoiando o currículo e as necessidades de professores e alunos e, por outro, toda uma comunidade, que pela escassez de equipamentos, apenas dispõe da biblioteca escolar, para aceder à informação, e à leitura, sem nos sentirmos “descapitalizados” no espaço e nas funções.

Esta utilização partilhada viabiliza o acesso a uma colecção maior e mais variada, a recursos electrónicos e serviços com menos custos e a uma maior facilidade no empréstimo interbibliotecário, graças à harmonização de procedimentos e a uma política de gestão da colecção planeada em conjunto.

Esta “dupla tutela” e as dinâmicas geradas pela sua interacção são, sem dúvida projectos inovadores, que beneficiarão com a experiência das partes envolvidas e tornarão a Biblioteca, já não limitada às suas paredes, pelo hibridismo que a caracteriza, num espaço agora também comum a utilizadores e profissionais de ambas as administrações, escolar e poder local, exigindo, seguramente alteração de mentalidades, de concepções e de práticas.

O impacto social destas experiências tem demonstrado uma recepção bastante positiva da parte da comunidade, com um sentimento geral de satisfação pela partilha e utilização conjunta da biblioteca pelas diferentes gerações, ao mesmo tempo que se cria e promove uma atitude positiva relativamente às bibliotecas e ao seu papel determinante na formação ao longo da vida.

---

[3] Bundy, Alan. (2003). Joint use libraries – the ultimate form of cooperation. Disponível em: http://www.library.unisa.edu.au/about/papers/jointuse.pdf [acedido em 15/09/2007]

Sendo a cooperação, como já vimos anteriormente, uma das molas propulsoras deste Programa, o tempo e as diferentes dimensões que a informação e o conhecimento tomaram, fazem da escola e dos sistemas de informação, núcleos centrais para a construção das competências indispensáveis à aprendizagem ao longo da vida e a uma interpretação crítica do mundo, e dos seus profissionais, os agentes de uma convergência motivacional e institucional, capaz de, quer por via da colaboração, quer por via da integração, unir as potencialidades e recursos do Programa da Rede de Bibliotecas escolares e da Rede Nacional de Leitura Pública, completando um ciclo, em que a cooperação, ainda que adquirindo outros contornos, mais próximos duma visão integrada de recursos e serviços, constituirá, uma vez mais, um desafio e um factor decisivo na construção de oportunidades individuais e sociais e de igualdade de acesso dos cidadãos à informação e à leitura, cumprindo-se, assim, a função da Biblioteca.